Direito Eleitoral 2024: Panorama Atual e Perspectivas

Autor(res)

Lucielly De Sousa Sudre
Luciana Calado Pena
Kannandha Nunes Costa
Stace Liz Carneiro

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O direito eleitoral desempenha um papel crucial na garantia da democracia, regulando o processo de escolha dos representantes do povo. Em 2024, com as eleições em diversos países e o impacto crescente das novas tecnologias e redes sociais, surgem desafios inéditos que exigem constante evolução das normas e práticas eleitorais. Esta pesquisa examina algumas das principais atualizações no direito eleitoral, abordando mudanças legislativas, jurisprudências recentes e tendências que moldam o cenário eleitoral contemporâneo, buscando entender o impacto que essas mudanças implicam no processo eleitoral como um todo.

Objetivo

O estudo tem como objetivo analisar as transformações recentes no direito eleitoral, destacando as implicações práticas dessas mudanças no processo eleitoral. Busca-se entender como as reformas legais e as decisões judiciais recentes afetam a organização das eleições e os direitos dos eleitores e candidatos.

Material e Métodos

Para a construção desta análise, foram utilizadas fontes variadas, como legislações atualizadas, decisões judiciais recentes e artigos acadêmicos. A metodologia incluiu a revisão de literatura sobre direito eleitoral comparado, com foco nas alterações legislativas que visam garantir maior transparência, segurança no processo de votação e combate à desinformação. Também foram analisados casos concretos ocorridos nas eleições mais recentes, tanto no Brasil quanto em outros países, a fim de ilustrar as práticas e soluções adotadas frente a novos desafios, como o uso de tecnologias na disseminação de campanhas eleitorais e a verificação de notícias falsas. A abordagem qualitativa predominou, com a intenção de fornecer uma compreensão ampla das inovações no sistema eleitoral.

Resultados e Discussão

Os resultados indicam que as principais mudanças no direito eleitoral em 2024 focam em aumentar a integridade do processo eleitoral, com especial atenção às ferramentas digitais. O impacto das redes sociais nas campanhas eleitorais trouxe novas normas, como a necessidade de maior controle sobre anúncios pagos e a transparência na

origem de financiamento de campanhas. Além disso, o combate à desinformação eleitoral ganhou força, com a criação de mecanismos para a verificação de fatos e punições mais severas para a propagação de Fake News. As decisões judiciais recentes, tanto em nível nacional quanto internacional, também demonstram uma tendência crescente de responsabilização de candidatos e partidos que utilizam de forma inadequada as plataformas digitais. O debate sobre o equilíbrio entre liberdade de expressão e a necessidade de regulação é intenso, refletindo a complexidade de legislar sobre um tema tão dinâmico quanto as tecnologias da informação no contexto eleitoral.

Conclusão

O direito eleitoral em 2024 se mostra adaptado às demandas contemporâneas, mas ainda enfrenta o desafio de equilibrar inovação tecnológica e segurança jurídica. As reformas legislativas e jurisprudenciais analisadas indicam avanços significativos, mas também expõem lacunas que demandam atenção contínua. As eleições futuras exigirão um aperfeiçoamento contínuo das normas para garantir que o processo democrático se mantenha íntegro e acessível, sobretudo no ambiente digital.

Referências

As referências incluem legislações atualizadas, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estudos de casos recentes sobre o uso de redes sociais nas campanhas e artigos acadêmicos de juristas especializados em direito eleitoral e digital.